



Apresentação do Livro "CGTP-IN – 43 anos a construir a igualdade entre mulheres e homens – 1970-2013"

Auditório da CGTP-IN
25 Setembro, 2014
18:00 Horas

Intervenção de Arménio Carlos
Secretário-Geral

Camaradas, amigas e amigos,

Em nome do colectivo da CGTP-IN, gostaria de agradecer a presença do Grupo Parlamentar do PCP e do Bloco de Esquerda, do PEV, da Directora do Escritório OIT em Lisboa, do Sub-Inspector-Geral da ACT, da Presidente da CITE, da Vice-Presidente da CIG, da LOC, do MDM, da UMAR, da Associação Conquistas da Revolução, do INOVINTER; da EPBJC; do IBJC, bem como o contributo de ex e actuais dirigentes, muitos dos quais aqui presentes, sem os quais seria impossível a obra que hoje divulgamos pelo papel determinante que tiveram para assegurar a efectivação da igualdade nos locais de trabalho.

Num tempo marcado por uma brutal ofensiva ideológica, o livro que hoje apresentamos, à semelhança de outras obras que editámos e continuaremos a publicar, visa aprofundar o conhecimento sobre a vida e luta, empreendidas por milhares de trabalhadoras e trabalhadores, ao longo das últimas décadas.

Por um lado, muitos dos factos são relatados em primeira mão, por aqueles que os ajudaram a concretizar, constituindo-se assim como um poderoso contraponto a outros que, reescrevendo a história, apagam ou tentam secundarizar o papel das mulheres e homens trabalhadores no projecto de transformação da sociedade.

Por outro lado, ao incidir sobre o contributo da CGTP-IN para a construção da igualdade entre mulheres e homens, sobressai o papel tantas vezes esquecido das trabalhadoras na edificação do movimento sindical que somos e na construção do Portugal democrático que emergiu com Abril e se solidificou em Maio.

A negação da igualdade entre homens e mulheres não é uma inevitabilidade, anda a par da sociedade, é produzida no seu seio e bebe nos próprios fundamentos de um sistema edificado na exploração, promotor do empobrecimento e gerador de desigualdades gritantes entre os poucos que possuem os meios de produção e os muitos que dependem da venda da sua força de trabalho para sobreviver. Em Portugal, como no mundo, as mulheres trabalhadoras são duplamente penalizadas, auferindo mais baixas remunerações que as já diminutas recebidas pelos restantes assalariados, tendo ainda uma precariedade mais acentuada.

Esta realidade não é linear e conheceu profundas e positivas transformações com a Revolução de Abril. Este marco indelével para o povo português foi acompanhado de um conjunto de medidas de valorização do papel da mulher no trabalho e na sociedade. A conquista do Salário Mínimo Nacional, de férias pagas, do direito à licença por nascimento dos filhos, da proibição da violação da correspondência ou do fim da necessidade de autorização do marido para se ausentar do país, entre muitos outros, foram frutos de uma política que colocou os trabalhadores e o povo no centro das prioridades económicas, com repercussões directas na autonomia económica e financeira e na melhoria das condições de vida e de trabalho de milhões de mulheres portuguesas.

Contudo, com o ascenso da contra-revolução e a imposição de uma política de retrocesso social e civilizacional que tem um forte impacto na organização pessoal, familiar e profissional fica claro que é impossível desligar a luta pela igualdade, do confronto de classe. Um confronto marcadamente ideológico, onde o capital e os seus servidores subvertem conceitos como a igualdade para justificar o aumento da idade de reforma das mulheres dos 62 anos para os 65 anos, ou defender a precariedade

laboral como regra, quando antes era apresentada como excepção, cujo exemplo lapidar é a “aposta” no trabalho a tempo parcial, com salário parcial, num contexto em que nem a remuneração inteira é suficiente para fazer face às necessidades mais elementares.

No fundo pretendem acentuar tendências que mais não são que a expressão de velhas e falsas separações e clivagens: entre homens e mulheres, entre trabalhadores do sector público e privado, entre jovens e velhos, entre aqueles que têm um vínculo estável e os que têm na instabilidade laboral a fonte da insegurança nas suas vidas. Falsas e velhas clivagens, inculcadas com o objectivo de dividir para “reinar” a partir da degradação das condições de vida e de trabalho de todos. Situação que atinge uma dimensão cada vez mais preocupante com o denominado “assédio moral”, a nova versão da tortura psicológica, que ultrapassa o local de trabalho para, na maioria dos casos, invadir os lares de muitas famílias, arrastando consigo a insegurança, a angustia e a instabilidade.

Os resultados da presente ofensiva ficam espelhados em diferentes indicadores, como o índice da igualdade de género, no qual Portugal recuou 19 posições em três anos, ocupando no final de 2013 o 51º lugar. Mais do que nos indicadores, a política imposta entra e afecta negativamente a vida de grande parte das mulheres!

Esta é uma tendência que temos de inverter. Os tempos que vivemos exigem compromissos de luta para romper com esta política que põe em causa direitos humanos, agride e humilha o povo e coloca o nosso país numa situação cada vez mais periférica no plano europeu.

Sabemos o que está em jogo: são as nossas vidas, as vidas das novas gerações, o nosso futuro colectivo. O que se está a determinar é que tipo de país vamos deixar – o de cada um por si e da lei do mais forte, ou o do progresso social, da igualdade e da solidariedade, da liberdade e da democracia iniciada com a Revolução de Abril.

Somos um movimento sindical de mulheres e homens que não desiste e resiste; que não se ilude nem vacila perante as dificuldades; que não se acomoda e protesta; que não se verga e propõe; que não abdica, luta e conquista. Somos um movimento sindical que sabe que está nas nossas mãos os destinos das nossas vidas.

Um processo que está interligado com o papel destacado que as mulheres têm tido na frente da luta pela igualdade, que tem de ser conquistada, palmo a palmo, em cada local de trabalho e na sociedade, pelo direito ao trabalho e ao trabalho com direitos, a defesa e melhoria de serviços públicos e de áreas ligadas às funções sociais do Estado, como a Saúde, a Educação e a Segurança Social, alicerces do desenvolvimento humano e da edificação da igualdade entre mulheres e homens.

Uma intervenção que se faz sentir também, de forma relevante, na denúncia das causas e dos responsáveis que fazem da desregulamentação da legislação laboral, do desemprego, da precariedade, da flexibilização dos horários de trabalho, dos baixos salários e da emigração, problemas que estão na origem da baixa natalidade. O futuro constrói-se e o país rejuvenesce-se com uma política que assuma no presente a estabilidade e a segurança do emprego, enquanto elementos estruturantes para que os nossos jovens possam organizar a sua vida profissional, pessoal e familiar no país onde nasceram, querem trabalhar e ser felizes.

Neste campo, a defesa e dinamização da contratação colectiva com a revogação das normas que visam, administrativamente, a sua liquidação, o aumento dos salários, nomeadamente do SMN para os valores defendidos pela CGTP-IN repondo parte do esbulho a que centenas de milhar os trabalhadores foram sujeitos pelo não cumprimento do Acordo por parte do anterior e actual governos, são verdadeiros instrumentos de promoção da natalidade, bem mais eficazes que um ou outro paliativo que se apresente, com esta ou aquela medida em sede de IRS, num quadro de salários negados ou mitigados e de aumento generalizado da carga fiscal. No "*Ano Europeu da Conciliação entre a Vida Profissional e a Vida Familiar*", é sintomático que, ao invés de uma redução do tempo de trabalho generalizada para as 35 horas semanais, seja o próprio Governo a tentar impor o aumento do tempo de trabalho, sabendo-se que tal afecta centenas de milhar de trabalhadoras.

O lançamento deste livro ocorre na Quinzena de Informação, Reivindicação e Luta, com acções em todos os sectores e em todas as regiões do país, contando como sempre com as trabalhadoras na frente deste combate que se insere no processo mais vasto de transformação e construção de uma sociedade onde todas e todos se possam realizar pessoal e profissionalmente, projectando e efectivando os valores e direitos de Abril no futuro de Portugal.

Para a CGTP-IN a democracia económica, social e cultural é intrínseca da harmonização social no progresso, do direito ao trabalho, à educação, à saúde e à habitação. Não há uma efectivação da democracia, se porventura não forem assegurados os direitos mais elementares dos trabalhadores e das trabalhadoras nos locais de trabalho. Portugal precisa de uma política que potencie a força de trabalho mais qualificada de que alguma vez dispusemos, e valorize o papel das mulheres, cujas habilitações e formação tiveram, com o 25 de Abril, um crescimento exponencial. Só com melhores salários e a alteração do perfil produtivo, a ruptura com a política de direita e a afirmação da soberania nacional, mais e melhores serviços públicos e um forte sector empresarial do Estado, é possível concretizar um presente e um futuro de prosperidade, igualdade e desenvolvimento.

Apesar da dimensão da ofensiva, a vida já demonstrou que as potencialidades para a ampliação do nosso trabalho, nomeadamente na área da igualdade, são enormes, como atesta o facto de, neste mandato que se iniciou em 2012, 56,5% dos sindicalizados serem mulheres e 61,8% terem sido eleitas delegadas sindicais. Este é mais um exemplo de um trabalho onde a intervenção dos dirigentes e delegados sindicais, que não sendo mediáticos, são o rosto da credibilidade de uma Central que, em vésperas de comemorar o seu 44º Aniversário, continua a aprofundar o seu projecto sindical na defesa dos nossos interesses de classe, nesta luta que não pára, pela afirmação da igualdade entre mulheres e homens, da defesa dos nossos direitos, da nossa dignidade e de um Portugal de progresso e justiça social.

Uma luta que estará, tal como o livro que agora apresentamos, sempre inacabada, porque a história continua e os problemas necessitam de resposta diária, uma resposta dada por novas gerações de homens e mulheres que colhem o fruto do legado dos que nos antecederam, lançando ao mesmo tempo as sementes para a construção de um novo amanhã.